

SEGREGAÇÃO OU MISCIGENAÇÃO: OS DILEMAS DA EUGENIA NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

SEGREGATION OR MISCEGENATION: THE DILEMMAS OF EUGENICS IN BRASIL IN THE FIRST DECADES OF THE 20TH

Ramatis Jacino¹

Weber Lopes Goes²

Resumo: O movimento eugenista nasceu no final do século XIX, na Inglaterra, tendo como principal protagonista Francis Galton (1822-1911); ao Brasil, chegou na passagem do século XIX para o XX, mas ganhou capilaridade a partir do protagonismo de Renato Kehl (1889-1974). Os partidários da eugenia acreditavam na sua efetivação para eliminar os grupos que apresentavam comportamentos anormais, por meio de políticas de controle de natalidade, criação de espaços de segregação, eliminação física e outros métodos. O presente artigo tem como finalidade discorrer sobre os fatores que, de acordo com a história da eugenia, propiciaram o seu nascimento na Europa e EUA. No Brasil, buscar-se-á demonstrar que embora a eugenia tenha tido receptividade por parte dos intelectuais, médicos e aqueles alinhados com os preceitos eugênicos, constata-se que ela foi um mecanismo fundamental para objetivar a segregação, a miscigenação e a eliminação dos negros/as no interior da sociedade brasileira. Tais ações foram realizadas para se constituir um povo brasileiro que, ao juízo dos eugenistas, deveria ser branco e, ao mesmo tempo, responder às transformações que o país estava sofrendo em um contexto de modernização. Dessa forma, o ideário dos eugenistas era reverberado nos artigos publicados nos “Boletins de Eugenia”, que tiveram ampla circulação no Brasil entre os anos de 1929 e 1933.

Palavras-chave: Eugenia. Boletim de eugenia. Miscigenação. Racismo. Segregação.

Abstract: The eugenics movement was born at the end of the 19th century, in England, with Francis Galton (1822-1911) as its main protagonist; in Brazil, the arrival of eugenics movement took place at the turn of 19th to the 20th century, but it gained capillarity from the leading role of Renato Kehl (1889-1974). Eugenics supporters believed in its effectiveness to eliminate groups that presented abnormal behaviors, through birth control policies, creation of spaces for segregation, physical elimination and other methods. According to the history of eugenics, this article aims to discuss the factors that led to the birth of eugenics in Europe and the USA. In Brazil, we will try to demonstrate that although eugenics was received by intellectuals, doctors and those in line with eugenic precepts, however, eugenics was a fundamental mechanism to objectify segregation, miscegenation and elimination

¹ Possui mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2007) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professor adjunto nível I da Universidade Federal do ABC e pós doutorando no centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: ramatis.j@ufabc.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-1334-8781>

² Bacharel e Licenciado em História e Especialista em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília e Doutor em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). E-mail: wafrican@hotmail.com <https://orcid.org/0000-0003-0872-4655>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2022.v15.n1.p131-154>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

of black people, within Brazilian society. Such actions were carried out to constitute a Brazilian people, which in the opinion of eugenicists should be white and, at the same time, respond to the transformations that the country was being theater, that is, a context of modernization. In this way, the ideas of eugenicists were echoed in the articles published in the “Boletins de Eugenia”, a vehicle that had wide circulation between 1929 and 1933 in Brazil.

Keywords: eugenics. Eugenics Bulletin. Miscegenation. Racism. Segregation.

Resumen: El movimiento eugenésico nació a finales del siglo XIX, en Inglaterra, con Francis Galton (1822-1911) como principal protagonista; a Brasil, llegó a finales del siglo XIX al XX, pero ganó capilaridad a partir del protagonismo de Renato Kehl (1889-1974). Los partidarios de la eugenesia creían en su eficacia para eliminar grupos que presentaban comportamientos anormales, a través de políticas de control de la natalidad, creación de espacios de segregación, eliminación física y otros métodos. Este artículo tiene como objetivo discutir los factores que, según la historia de la eugenesia, llevaron a su nacimiento en Europa y Estados Unidos. En Brasil, intentaremos demostrar que aunque la eugenesia haya sido receptiva por intelectuales, médicos y alineados con los preceptos eugenésicos, parece que fue un mecanismo fundamental para objetivar la segregación, el mestizaje y la eliminación de los negros dentro de la sociedad brasileña. Tales acciones fueron realizadas para constituir un pueblo brasileño que, en la opinión de los eugenistas, debía ser blanco y, al mismo tiempo, responder a las transformaciones que el país estaba experimentando en un contexto de modernización. De esta forma, las ideas de los eugenistas se hicieron eco en los artículos publicados en los “Boletins de Eugenia”, que tuvieron amplia circulación en Brasil entre 1929 y 1933.

Palabras-clave: Eugenesia. Boletín de eugenesia. Mestizaje. Racismo. Segregación.

INTRODUÇÃO

O movimento eugenista nasceu como resposta às contradições existentes no interior dos países do capitalismo industrial, em especial nas sociedades europeias do final do século XIX. O acelerado processo de urbanização - que levou à pauperização dos trabalhadores, à delinquência e ao afloramento do movimento operário, - demandou soluções para as classes dirigentes. Concomitante ao propósito de expandir seus territórios no exterior para além do “velho continente”, as burguesias com aspirações monopolistas criaram novas disciplinas de conhecimento com a finalidade de sustentar seus empreendimentos imperialistas (WALLERSTEIN, 2007).

Soma-se a este fator a preocupação com as lutas encampadas pelos movimentos socialistas, obrigando as classes dirigentes abandonar o compromisso com a “razão” e propor uma forma de explicação das relações sociais por meio de mitos travestidos de ciência (MAYER, 1987; LUKÁCS, 1959). É neste quadro que emergem o darwinismo social e disciplinas como a sociologia e a antropologia³.

Nesse contexto, a eugenia foi uma das principais ferramentas criadas pelas elites europeias, não somente pela sua capacidade de escamotear as contradições de classes, mas para fundamentar as políticas de cariz imperialista. Essa corrente foi inaugurada por Francis Galton (1822-1911), influenciado pelo seu primo Charles Darwin (1809-1882), e buscava resolver as contradições de classes no seio da sociedade inglesa. Ao atribuir natureza biológica ao comportamento humano, Galton funda a *ciência eugênica*

³ Em relação às disciplinas efetivadas no final do século XIX cf. Góes (2018) e Schwarcz (2007).

e constrói as bases teóricas para análise da hereditariedade e da busca por maneiras de promover o “melhoramento” das características do conjunto da população.

O sucesso do movimento eugenista pode ser constatado em virtude da sua reverberação que na passagem do século XIX e XX ganhou repercussão nos Estados Unidos da América e se arrastou pelo resto do continente americano, com a finalidade de responder as demandas das burguesias de cada país. Dessa forma, se consolidaram instituições, leis e eventos de natureza eugênica como mediação das contradições de raça e classes sociais.

O presente artigo tem como finalidade expor os principais fatores que possibilitou a emergência do movimento eugenista, com enfoque na Inglaterra e, ao mesmo tempo, demonstrar como se deu a sua reverberação no resto do continente europeu. Ainda, demonstraremos o seu sucesso nos Estados Unidos da América e como este país, sob os incentivos de entidades filantrópicas do grande capital, passou a ser a principal referência no mundo em relação a efetivação de políticas de cariz eugênicas.

No tópico seguinte, ainda que de maneira sumária, procuramos demonstrar que o Brasil, antes da chegada da eugenia, já haviam práticas de natureza eugênicas principalmente quando se começam as primeiras iniciativas que vislumbravam substituir a mão-de-obra de trabalho escravizado para o trabalho assalariado, logo, as políticas de imigração passaram a ser não somente um caminho para consolidar o modelo baseado na compra do trabalho e não do indivíduo, mas também, perspectiva branquear o país através de tais iniciativas.

O resultado de tais anseios serão expostos no tópico dedicado ao movimento eugenista brasileiro, a partir da segunda década do século XX, sob a iniciativa de Renato Kehl, este que estimulou a criação de entidades eugênicas com a finalidade de convencer as elites sobre a importância da eugenia enquanto um mecanismo para se construir um povo que refletisse os parâmetros das classes dominantes brasileiras.

No último tópico procuramos dar um enfoque num dos principais meios de divulgação das ideias eugênicas no Brasil: os “Boletim de Eugenia”. Por meio deste mecanismo se discutiu as questões referentes ao significado do que seria eugenia, miscigenação, esterilização, “higienização do Brasil”, “raça”, nacionalidade e branqueamento no Brasil. A ampla circulação dos *Boletins* teve a contribuição de artigos de intelectuais que lecionavam nas instituições do ensino superior do Brasil, médicos, juristas e todos aqueles que almejavam contribuir para uma das questões mais discutidas no Brasil do início do século XX, isto é, qual seria a composição do povo brasileiro.

É preciso ressaltar que neste artigo não se pretende esgotar uma temática complexa que é a eugenia, principalmente quando se trata da realidade brasileira. Entretanto, o nosso objetivo é estimular a produção de pesquisas no campo das Ciências Sociais, considerando que a discussão que ora apresentamos tem sido escopo, de maneira hegemônica no âmbito da História da Saúde e da Ciência, mas que deve ganhar terreno em outras áreas do conhecimento.

ORIGENS DA EUGENIA: DA INGLATERRA PARA O MUNDO

A palavra *eugenia*⁴, cunhada por Francis Galton, é oriunda do termo inglês *eugenics*, que deriva da expressão grega, *eugénes*, que significa “bem-nascido”. Etimologicamente, o eugenismo (ou eugenia) é a ciência dos bons nascimentos; fundamentada na matemática e na biologia, tinha como objetivo central identificar os “melhores” membros das comunidades para estimular sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os “degenerados” e evitar sua multiplicação (GÓES, 2018a; GÓES, 2018b; GÓES, 2017). Galton dividia essa ferramenta de análise social em duas esferas: a *Eugenia Negativa*, que teria como escopo impedir a multiplicação de indivíduos supostamente inferiores, numa perspectiva biológica, psicológica e intelectual; e a *Eugenia Positiva*, que seria o melhoramento da sociedade por meio da reprodução de seres humanos concebidos como superiores, inclusive com a seleção de reprodutores.

O que está subjacente ao projeto *galtoniano* é a construção de alternativas para a burguesia industrial do seu tempo. Logo, no entendimento do pensador britânico, seria responsabilidade dos próprios trabalhadores a resolução das questões relacionadas aos bairros operários, onde o aglomerado de pessoas favorecia a disseminação de epidemias e endemias resultantes da pobreza. A eugenia, portanto, iria se tornar o remédio para superar tais contradições. Acreditava aquele pensador que seria necessário criar bancos de dados para registrar as características físicas e intelectuais dos cidadãos⁵. (GALTON, 1988, p. 116).

Ancorando sua teoria na *A Origem das Espécies*, acreditava Galton que nas relações humanas, assim como entre os animais estudados por Darwin, os seres mais fortes sobreviveriam em detrimento dos mais fracos. Argumentava, contudo, que a tese do naturalista estaria invertida, pois os “mais fracos” estavam proliferando, surgindo daí a necessidade de alterar tal lógica. Assim, a obra do biólogo britânico torna-se subsídio para sustentar a sua argumentação, que incorpora ainda os preceitos de Herbert Spencer (1820-1903) e sua concepção teleológica de processo evolutivo.

⁴ Sobre a história da eugenia Cf. Góes (2018a; 2018b; 2017), Stepan (2005) e Black (2003).

⁵ Não é por acaso que ele foi inventor do Laboratório Antropométrico em 1864, mesmo ano em que participou de uma exposição Internacional de Saúde.

Os povos africanos foram os mais destacados alvos dos estudos e pesquisas de Galton, com o propósito de determinar a diferença entre as posturas resultantes de causas sociais e as de cunho biológico. No seu entendimento, não era a forma societária que delineava os comportamentos dos indivíduos, ao contrário, as características comportamentais seriam produtos biológicos.

A fim de comprovar seu argumento, Galton disponibiliza uma extensa lista com informações genealógicas - resultantes de estudos com famílias - visando demonstrar “por meio de métodos genealógicos e estatísticos simples, que a aptidão humana seria uma função da hereditariedade”, nada tendo a ver com as condicionantes sociais e a educação (STEPAN, 2005, p. 30). Na defesa de sua tese, utiliza como argumentação a concepção darwinista de adaptação, concluindo que, se os criadores de animais selecionam os melhores de um rebanho, os seres humanos também podem fazê-lo. Galton acreditava na probabilidade do surgimento de uma civilização “superior” e se dispunha a trabalhar nesse sentido, sendo a eugenia um meio de contribuir para isso a partir da manipulação da demografia humana, caminho para a eliminação dos problemas sociais.

Na perspectiva galtoniana, a eugenia teria como objeto contribuir para o processo civilizatório, elevando a “raça humana” a partir do gerenciamento das reproduções, por meio do controle de natalidade dos portadores de “distúrbio social”, em benefício de toda a sociedade, que se veria livre dos “viciosos”. A eugenia, portanto, forneceria as bases para a expansão civilizatória e faria com que o destino dos povos “não civilizados” estivesse nas mãos das classes superiores, que teriam a tarefa de extinguir os “degenerados” por meio de políticas de controle de natalidade, impedindo a proliferação de indivíduos antissociais. Além disso, o Estado deveria criar espaços “disgênicos”, elaborar programas sociais e monitorar casamentos entre criminosos e “degenerados”, impedindo a reprodução dos indivíduos considerados fracos.

Como pode ser verificado, justificar a ideia da superioridade de determinado grupo social – o nórdico – não deveria ser tarefa a ser apenas sustentada no terreno da filosofia, da antropologia e da sociologia, mas também “comprovada” no campo da biologia.

Dessa forma, a eugenia teve grande receptividade na Europa e na América entre os anos de 1860 e 1945, pois, sendo compartilhada em amplos círculos intelectuais, a produção de biólogos eugenistas era justificada como uma busca de caminhos para coibir a “degenerescência humana” e melhorar a espécie. Como indica Bernardo (1998), dois aspectos do edifício teórico *galtoniano*, propiciaram o desenvolvimento do racismo e da desqualificação dos trabalhadores: de um lado, por considerar que em termos biológicos existiam diferenças, não apenas entre os povos mas também no

interior de cada comunidade, agrupamentos marcados pela existência de uma elite física e mentalmente superior, cujos descendentes herdariam as características ancestrais. De outro lado, hierarquizava as “raças”, justificando o domínio de um povo sobre outro, assim como a dominação de classes no interior de cada sociedade.

Atendendo a essa necessidade de legitimação da hegemonia de classes e do colonialismo/imperialismo, o movimento eugenista ganha proporção internacional a partir da iniciativa de outros teóricos que acreditavam ser este um mecanismo eficiente para resolver as contradições econômicas e sociais de seus países, inclusive naqueles que estavam preocupados em “construir uma nação”. Assim, além da Inglaterra, encampam os preceitos eugenistas na Europa, a Alemanha, Itália, França, Suíça, Suécia e Bélgica. Na América, os Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina, Equador e Brasil. No continente asiático, o Japão⁶.

Após a morte de Galton, em 1911, a continuidade do movimento eugenista teve o protagonismo do filho de Charles Darwin, Leonard Darwin (1850-1943), que presidiu a Sociedade Eugenista Inglesa entre 1911 e 1928. Contou, ainda, com a colaboração de outros entusiastas – dentre eles Winston Churchill (1874-1965), que se tornaria primeiro-ministro britânico a partir de 1940, do inventor do telefone Alexander Graham Bell (1847-1922) e do economista John Maynard Keynes (1883-1946). Todavia, foi a partir do investimento de instituições burguesas norte-americanas que a eugenia obteve amplo reconhecimento; assim, os principais financiadores do movimento foram industriais, que se ancoravam nos princípios biológicos de vertente eugenista como meio para superar alguns dos “problemas sociais” do período, tais como as relações étnico-raciais, a situação dos soldados recém retornados da Primeira Grande Guerra, as mobilizações dos movimentos operários, as lutas dos afro-americanos pelos direitos civis.

O sucesso da eugenia se deu em grande parte por conta do protagonismo de Charles Davenport⁷ (1866-1944), um dos mais destacados ativistas de então, que introduz os estudos eugênicos nos meios acadêmicos estadunidenses e consegue convencer diversas instituições a financiar o movimento nos EUA.

Após retornar de uma viagem à Europa colhendo informações sobre a temática - inclusive por meio de encontro com o próprio Galton - e visitando centros de pesquisas, Davenport elabora um relatório que trata da situação da “evolução humana” para a Carnegie Institution⁸, preconizando que o destino da América estaria na criação

⁶ O leitor interessado em conhecer as ações encampadas pelo movimento eugenista pode recorrer às seguintes obras: Góes (2018); Stepan (2005) e Black (2003).

⁷ Sobre a biografia de Davenport cf. Cruz (2012). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13268/1/Rodrigo%20Andrade%20da%20Cruz.pdf>.

⁸ Oficialmente *Carnegie Institution for Science*, sediada em Washington, DC, nos Estados Unidos, criada para apoiar a investigação científica, principalmente em áreas como astronomia, ecologia, geofísica e genética.

de uma “raça superior e nórdica” (BLACK, 2003, p. 92). Como resultado da dedicação de Davenport, foi criado nos Estados Unidos o *Eugenics Record Office*, com a finalidade de registrar os antecedentes genéticos dos americanos, coletar informações relacionadas às linhagens “desejáveis”, por meio de uma árvore genealógica chamada de *pedigree*, elaborada a partir de documentos obtidos em abrigos, asilos, hospitais, escolas públicas e outros órgãos que pudessem disponibilizar dados a serem submetidos ao Estado. Segundo sua proposta, as informações deveriam ser sistematizadas, armazenadas e transformadas em estudos para forjar leis eugenistas.

O protagonismo de Davenport, seu ativismo, possibilitou o financiamento por parte de representantes da burguesia dos EUA, como por exemplo o escocês Andrew Carnegie, que enriquecera com o comércio de aço e depois de vender seu negócio para J.P. Morgan por 400 milhões de dólares, se retirou do campo industrial para se dedicar à filantropia. Na constelação dos financiadores, o movimento obteve recursos de John Harvey Kellog, integrante do Conselho de Saúde do Estado, administrador de um sanatório de saúde e organizador, em 1906, da *Sociedade para Melhoria da Raça*, entidade que tinha como missão impedir a proliferação de “defeituosos”. Contribuíram com a causa, ainda, a Draper, indústria têxtil, e o alemão Alfred Krupp, dono de uma indústria de aço e armas, além da Fundação Rockefeller, que financiara o movimento nos EUA e em países do continente europeu, especialmente Alemanha e França⁹ (BLACK, 2003).

Os investimentos destes e de outros integrantes da alta burguesia norte-americana contribuíram para que os EUA se tornassem pioneiros e referência na formulação e efetivação de leis eugênicas. Os eugenistas tiveram inserção e proeminência em universidades como as de Chicago e Harvard, dentre outras, cujos estudos serviram de referência para que parlamentares norte-americanos elaborassem e implementassem legislação de natureza eugênica. Em 1896, é aprovada uma lei que determinava a esterilização de mulheres pobres com menos de 45 anos. Sessenta e nove anos depois, em 1959, 33 estados norte-americanos ainda tinham leis com finalidades eugênicas (BLACK, 2003).

Nesta direção, segundo Bernardo (2018), também introduziram as práticas eugênicas democracias modernas como o Canadá, onde especialmente o parlamento da província de Alberta sancionou, em 1928, lei que permitia a esterilização, remodelada nove anos mais tarde, admitindo inclusive cirurgia forçadas, que atingiram em torno de 60% das 4.700 das proposições. Conforme indica Bernardo (2018), na Suíça foi promulgada, em 1928, uma lei que autorizava esterilização sexual compulsória de

⁹ É preciso ressaltar que a lista referente aos financiadores do movimento eugenista é extensa, logo, não haveria espaço para discorrer sobre cada uma delas. Quem tiver interesse em aprofundar ainda mais o conhecimento sobre os principais colaboradores do movimento eugenista pode conferir os trabalhos de Góes (2021 e 2018) e Black (2003).

deficientes mentais, só revogada na década de 1970. Não obstante, “mesmo sem cobertura legal, havia médicos que executavam esterilizações sob pretextos terapêuticos ou eugenistas” (BERNARDO, 2018, p. 865).

A Dinamarca também encampou políticas eugênicas, dentre elas a esterilização sob argumentos terapêuticos, que se tornaria forçada a partir da lei promulgada em 1929, resultando em onze mil pessoas esterilizadas até o ano de 1967. Na Suécia, em 1934, os deficientes mentais estiveram no escopo das medidas de esterilização, posteriormente estendidas aos “antissociais”. Quando da revogação da legislação, em 1976, sessenta e três mil operações já haviam sido efetivadas, a maioria em mulheres (BERNARDO, 2018). A Noruega também implementou práticas eugênicas, como exemplifica a lei de 1934 que previa castração compulsória, permitindo a realização de 41 mil operações (Três quartos delas, realizadas em mulheres) ao longo do período que só termina em 1977, quando a prática é tornada voluntária.

Na França, a Fundação Rockefeller contribuiu para a formação da *Société Française d'Eugénique* e da *Fondation française pour l'étude des problèmes humains*. Seu principal representante, Alex Carrel (1873-1944), que entre 1906 e 1938 estudou no Instituto Rockefeller, em Nova York, foi Prêmio Nobel em 1913 (PICHOT, 2000, p. 179). Por meio da Fundação, Carrel influencia ainda o *Centro para Estudos Humanos*, “criado por intelectuais antes da guerra, com a finalidade de favorecer a aplicação das ciências da natureza à resolução de problemas sociais” (PICHOT, 2000, p. 179). O Centro, que existiu entre 1942 e 1944, contava com figuras de prestígio como Alfred Sauvy, Le Corbusier; Aldous Huxley, Julian Huxley, que mais tarde tornou-se diretor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PICHOT, 2000).

Outra figura de expressão do movimento eugenista francês foi Charles Richet (1850-1935). Membro da *Sociedade Francesa de Eugenia* e Nobel de Medicina em 1913, Richet foi defensor da tese dos chamados “grupos inferiores” e da necessidade de uma política que permitisse às autoridades extinguir os “inaptos”. Embora houvesse na França todas essas movimentações de cariz eugenista, não foi possível identificar no país leis que ratificassem a esterilização dos indesejáveis, como acontecia em outros países. Não se pode deixar de considerar, contudo, que mesmo não havendo práticas semelhantes às dos Estados Unidos, as ideias eugênicas preconizadas pelos franceses justificaram e buscavam legitimar o neocolonialismo na Argélia, no Níger, Chade, Mali, Camarões, Burkina Faso, Costa do Marfim e no Senegal, dentre outros países¹⁰, concebidos como territórios habitados por povos “inferiores”.

¹⁰ Sobre o neocolonialismo na francês em terras africanas, sabe-se que a França empreendeu suas invasões a partir dos anos 1830 e se aprofundou depois da Conferência de Berlim (1884-1885) e que favoreceu a dominação de territórios africanos até 1960, logo após os crescentes movimentos de libertação em África.

Na Alemanha, antes da ascensão de Hitler ao poder, estava disseminada a crença na eugenia como meio para resolução das contradições e problemas sociais, defendida por biólogos e representantes de outras áreas das ciências recém-inauguradas. Um dos precursores do pensamento eugenista na Alemanha, Haeckel (1834-1919)¹¹, destaca-se, segundo Pichot (2000), pela iniciativa pioneira de sugerir concursos para formatar propostas de desenvolvimento do Estado alemão. Sugestões que obtiveram amplo financiamento de Alfred Krupp, que já investira no movimento eugenista nos EUA e que, em 1904, criou a revista *Arquivos de Biologia Racial e Social*. Alfred Ploetz (1860-1940), um dos responsáveis pela publicação, criou no ano seguinte a *Sociedade Alemã de Higiene Racial*, tendo Haeckel como o presidente de honra, e colocando Munique e Berlim¹² como os principais centros de estudos e produção de pesquisas eugênicas naquele país.

Outro representante do movimento eugenista alemão foi Eugen Fischer (1874-1967). Considerado um dos seus principais cientistas, coordenou o Departamento de Antropologia e obteve financiamento da Fundação Rockefeller para dirigir inquéritos antropológicos a fim de identificar as determinações das características hereditárias das populações alemãs. Segundo Beiguelman (1990), a partir de 1933, Fischer assumiu a reitoria da Universidade de Berlim e, por preconceitos antisemitas, despediu docentes judeus. Suas comunicações não poupavam elogios aos nazistas, enaltecia a “política demográfica nazista de caráter biológico, com atenção estatal à raça e à hereditariedade, baseada em fenômenos vitais da transmissão hereditária e da seleção natural” (BEIGUELMAN, 1990, p. 63).

Na Alemanha, os investimentos no movimento eugenista ganhavam mais solidez quando Hitler chega ao poder, em 1933, prometendo criar uma “raça superior”, dominar a Europa, destruir judeus, ciganos, pessoas enfermas e todos os segmentos considerados desajustados.

Foram criadas leis eugênicas em todos os países que Hitler anexou (BLACK, 2001, p. 44), o que resultou, entre os anos de 1934-1945, na esterilização de 350 a 400 mil pessoas, como resultado de julgamentos nos mais de 1.700 tribunais especiais criados com esse propósito. Na Alemanha assim como nos demais países europeus, os argumentos eugênicos, foram utilizados para legitimar a dominação e extração de riquezas em territórios africanos: a partir de justificativas eugenistas, foram saqueadas Namíbia, Tanzânia e partes de outras nações africanas.

¹¹ Sobre a importância de Haeckel no seio do movimento eugenista cf. Pichot (1995).

¹² Berlim foi o local da efetivação do *Instituto Guilherme para Antropologia, a Genética Humana e a Eugenia*, em 1927, agraciado pelos financiamentos da Fundação Rockefeller e contou com a participação de Charles Davenport na condição de presidente da *International Federation of Eugenic Organizations* (Ifeo), no evento de inauguração.

O êxito da eugenia se constata não somente nas medidas tomadas contra os segmentos “indesejáveis”, mas também em virtude das articulações no âmbito internacional, como por exemplo, a realização do *Primeiro Congresso Universal das Raças*, em Londres, no ano de 1911, que reuniu antropólogos, sociólogos e ativistas sociais de diferentes lugares do mundo e que teve como representantes do Brasil o antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e o médico João Batista de Lacerda (1846 – 1915). Em 1912 ocorre o *Primeiro Congresso Internacional de Eugenia*, em Londres, além do segundo e o terceiro em Nova York, em 1921 e 1932, respectivamente. Em 1921 se consolida a *Federação Internacional de Sociedades Eugênicas*. Evidenciando o compromisso da alta intelectualidade europeia com a proposta, o terceiro Congresso teve como diretor Leonard Darwin, representante da *Sociedade Eugênica da Inglaterra*¹³.

PRÉ EUGENIA BRASILEIRA

Antes da eclosão das práticas eugênicas no Brasil, ainda que sem ter o nome mencionado, elas já eram constantes no interior da sociedade brasileira. Desde o início da colonização, o racismo contra negros e os procedimentos em busca da “boa raça” foram precedidos por uma construção ideológica baseada numa passagem bíblica interpretada como indício de que os africanos tinham sido objeto de uma maldição¹⁴.

Criada para legitimar a dominação de outros povos pelos europeus, essa ideologia ainda colocava em dúvida a humanidade dos indígenas. Os mitos fundadores da nação brasileira¹⁵ e a maneira como os “silvícolas” eram apresentados na literatura e nas artes a partir de meados do século XIX¹⁶ explicitam aquele imaginário que buscava a legitimação das oligarquias nativas brasileiras. Assim, o nativismo se desenvolve ao longo da lenta transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, levando a que, quando o darwinismo social e as ideias de Francis Galton e Arthur de Gobineau

¹³ Em que pese o importante papel de Leonard Darwin, foi Davenport que liderou a organização do 3º Congresso Internacional de Eugenia. Durante este evento foi “realizada uma visita para conhecer o departamento de Genética. Sessenta e cinco artigos científicos foram publicados e realizadas 267 apresentações. O local do evento foi o renomado Museu de História Natural de Nova Iorque. Esse foi o último congresso internacional de eugenia a ser realizado ainda que tenha havido um esforço sem sucesso por parte de Muller de realizar um congresso na União Soviética” (DIWAN, 2021, p. 92).

¹⁴ Sobre o episódio que descreve a maldição de Can e a sua justificativa para a dominação dos africanos cf. Pétré-Grenouilleau (2009).

¹⁵ Os mitos fundadores, em geral, representam a mitificação de algum episódio ou conjunto de episódios históricos que marcam o início da identificação de determinado grupo social ou nação e cumprem o papel de legitimar quem exerce o poder, contribuindo para amalgamar aquele grupo, dando-lhe identidade. No Brasil, existiram dois principais mitos fundadores, construídos a partir dos interesses de duas oligarquias com grande poder econômico e político: 1) O mito das oligarquias do nordeste açucareiro simbolizado pela “união harmônica e colaborativa das 3 raças” contra as “invasões” holandesas, nas figuras dos indígenas Clara e Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco Matias de Albuquerque. 2) O mito das oligarquias cafeeiras do sudeste, presente na união entre a indígena Bartira e o branco João Ramalho. Nesse segundo mito a mulher indígena é reduzida a amante e parideira e o negro é excluído.

¹⁶ Por exemplo: José de Alencar, Gonçalves Dias e Basílio da Gama, na literatura; Rodolfo Amoedo e Victor Meirelles, nas artes plásticas; Basílio Itiberê da Cunha, Luciano Gallet e Carlos Gomes na música.

chegaram ao Brasil, essas elites intelectuais já estivessem suficientemente receptivas para abraçarem esse pensamento.

Ademais, os intelectuais, por meio dos quais essa ideologia foi sendo introduzida, também integravam as elites econômicas e políticas, que materializaram suas ideias em ações administrativas e na legislação que preparava a transição para o trabalho assalariado¹⁷. Como consequência, em 04 de setembro de 1850, o Brasil aprovou, primeiro, a lei Euzébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de africanos e quatorze dias depois a lei de terras. Essas duas leis tinham como finalidade viabilizar uma política de eliminação paulatina da parte não branca da população e favorecer os imigrantes oriundos do continente europeu.

Dessa maneira, o *imigrantismo* pode ser incluído no rol de ações pré-eugênicas no Brasil, que tinham por objetivo clarear a população brasileira. Seus defensores acreditavam que negros e indígenas representavam raças atrasadas e inferiores, portanto nocivas ao desenvolvimento do País (TSCHUDI, 1980, p. 128).¹⁸ Neste caso, não se pode desconsiderar que quando a eugenia aflora no seio da sociedade brasileira, as bases e os projetos de construção de um “povo” no país já se encontravam bastante sólidas, conforme afirmamos acima.

O MOVIMENTO EUGENISTA NO BRASIL

O movimento eugenista emerge no Brasil na passagem do século XIX para o XX, com a perspectiva de responder às contradições sociais emergentes, como por exemplo o “problema da raça” e o do sanitarismo. De acordo com Maio (2010, p. 53), aqueles que atuavam no campo da saúde sustentavam que o combate à febre amarela garantiria a mão de obra estratégica para a expansão econômica na guinada da virada do século XIX ao XX. Os cientistas, segundo esse autor, acreditavam que as doenças e a pobreza teriam de ser solucionadas por meio de uma política ancorada nos preceitos da eugenia.

Neste sentido, Mike Davis (2002, p. 395) afirma que a República brasileira “talvez tenha sido o primeiro governo em qualquer parte do mundo que esteve explicitamente comprometido em grande escala com a eugenia positiva”. De acordo com Diwan (2007, p. 96), “O ideal de uma República embasada na igualdade e na democracia criou a necessidade de formalizar e gerar novos campos de saber para a produção de corpos constituintes de um povo homogêneo, tipicamente brasileiro”.

¹⁷ Sobre esse assunto cf. Jacino (2008), Moura (1988; 1994).

¹⁸ Sobre este assunto cf. Tschudi, (1980).

Foi Renato Kehl (1889-1974) quem impulsionou o movimento eugenista brasileiro a partir de 1917, ao proferir palestra abordando o tema a convite da *Associação Cristã de Moços* (ACM). Em seguida, em 1918, Kehl funda, a *Sociedade Eugênica de São Paulo*. Esta organização, que chegou a ter 140 associados, foi a primeira instituição do gênero na América Latina e se tornou modelo para os adeptos do movimento, ficando atrás somente da Inglaterra, França e EUA¹⁹.

No mesmo ano da sua fundação, Belisário Pena, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Monteiro Lobato, Miguel Pereira, Vital Brasil e Afrânio Peixoto criam a *Liga Pró-Saneamento do Brasil* (LPSB) e passam a realizar atividades em instituições como a *Sociedade Nacional de Agricultura*, *Associação Cristã de Moços*, escolas e estabelecimentos do Exército e da Marinha. Seus objetivos eram estimular, propor e formular políticas de habitação no País, visando melhorar a condição de moradia das populações. Por meio da revista *Saúde*, a *Liga* tinha como intenção produzir conhecimento, divulgar pesquisas, fomentar reflexões sobre higienização, profilaxia e saúde (BRITO, 2014). E isso a partir da perspectiva que os problemas do País transcendiam a questão econômica e resultavam de condições de higiene e saúde da população.

Em 1922, o Brasil é representado por Gustavo Rediel no *Congresso Médico Latino-Americano*, realizado em Havana. Ao retornar, ele se articula com médicos, educadores, juristas, intelectuais, empresários, políticos e, em 1923, funda a *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM) que, segundo Diwan (2007), obteve a colaboração direta ou indireta de profissionais de diversas áreas, como Juliano Moreira, diretor do Sanatório de Saúde Mental Miguel Couto e presidente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e também de Carlos Chagas, diretor do Instituto Oswaldo Cruz.

Para além de elaborar trabalhos acadêmicos sobre a prevenção das doenças mentais, essa organização tinha como finalidade o amparo no campo social e a melhoria dos meios de assistir e tratar os “doentes nervosos” e “doentes mentais” em asilos públicos (REIS, 1994), além de discutir temas sobre a defesa da “mentalidade” e “melhoria da raça”, através do combate ao alcoolismo e aos “vícios sociais”. A *Liga* sugere que o Brasil adote políticas restritivas e selecionadoras em relação à imigração e tenha maior rigor no controle de casamentos, impedindo a união e proliferação dos indesejáveis; propõe ainda políticas de esterilização compulsória de “degenerados”, além da atenção à infância para um “desenvolvimento sadio e eugênico” (REIS, 1994, pp. 56-57).

Outro evento que marca o movimento é o *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, realizado em 1929 na cidade do Rio de Janeiro. O congresso teve a participação de referências intelectuais, como Renato Kehl, Fróes da Fonseca, André Dreyfus, Roquette-Pinto e reuniu militantes que acreditavam na oportunidade de sistematizar

¹⁹ Para um estudo sobre essa temática, cf. Stepan (2005).

propostas para os governantes brasileiros (GÓES. 2018). O congresso deliberou a realização de uma “cruzada eugênica”, e a formação da *Comissão Central Brasileira de Eugenia* (CCBE), que se articulava com outros países, e ainda a publicação do *Boletim de Eugenia*. Surgiram ainda no Congresso as bases do *Primeiro Concurso de Eugenia*, realizado no mesmo ano em São Paulo, articulado pelos engenheiros Pereira Macambira e Heitor Freire de Carvalho, que defenderam a ideia de uma subscrição popular, cujo resultado serviria para premiar três crianças brasileiras que se aproximassem do “ideal eugênico”.

Dentre os objetivos dos eugenistas, o mais ambicioso era fornecer subsídios para a concretização do projeto de “construir um povo” que refletisse os parâmetros das elites, a partir do ideário de branqueamento da Nação. Para aqueles cientistas, o Homem branco, era o símbolo de civilidade. Assim se estabelece um profícuo debate, com parte dos participantes condenando a miscigenação, que levaria a “degeneração da raça”, o que tornava premente “inundar o país com o sangue europeu”. Por outro lado, havia quem sustentasse que, por meio da mistura étnico/racial, somada ao incentivo à imigração europeia, se chegaria a um país branco, com hegemonia da “raça superior”.

A este respeito, um dos intelectuais das elites que merece destaque e que teve ampla interlocução e reverberação nas instituições eugênicas foi Oliveira Vianna (1883-1951). Em *Evolução do Povo Brasileiro* (1956), cuja primeira edição data do ano de 1922, Vianna tenta explicar o “atraso do Brasil” a partir da mistura de raças e afirma que as “raças inferiores”, em particular a negra, deveriam ser extintas por meio da luta com as “mais fortes” e “superiores”, cuja solução para o Brasil estaria na “arianização” dos povos não brancos, sendo a miscigenação uma ferramenta para a formação da nação, e os “arianos” seriam os precursores da evolução e modernização do Brasil (MOURA, 1990).

Em *Raça e Assimilação*²⁰ (1934) o autor parte do pressuposto de que não existe igualdade entre as “raças” e, valendo-se da metodologia e ideologia da eugenia de Galton, afirma que os negros são “inferiores” aos “arianos” (VIANNA, 1934, p. 271). A mesma perspectiva se encontra in *Populações Meridionais do Brasil* (1952), quando exalta a “aristocracia rural” brasileira e, baseado na perspectiva eugênica, procura legitimar a superioridade do “ariano”. Estes possuiriam elegância espiritual, finura e seriam inteligentes como “atenienses da política e das letras”.

Em 1949, ao publicar o livro *Instituições Políticas Brasileiras* (1987), o pensador fluminense argumenta que no Brasil, em virtude da constituição do “povo-massa”, não há tradição “popular” no âmbito das decisões políticas. Daí a justificativa para o estado

²⁰ No período em que está escrevendo esse livro, Renato Kehl lhe encaminha *Lições de Eugenia*, que é citado na obra de Vianna. Sobre a interlocução de Oliveira Vianna e Renato Kehl cf. Góes (2018).

ser centralizado e autoritário. Isto é, o “povo-massa” não quer a democracia e tampouco tem a capacidade para participar das instâncias democráticas (VIANNA, 1987).

No âmbito das relações raciais no Brasil, Vianna argumenta estar exercendo uma autocrítica, sobretudo, sobre sua posição racista. Porém, não abandona a sua crença nas desigualdades entre as “raças”, ao afirmar que “os tipos raciais são morfologicamente, os mesmos de hoje”, logo, as qualidades psíquicas dos povos “naquelas épocas remotas, eram desiguais como ‘primitivos’, não há razão para que não o sejam hoje – desde que eles sejam da mesma raça e possuam o mesmo tipo somatológico” (VIANNA, 1987, p. 57). Mais adiante, arremata sua crença ao afirmar que “na gênese das culturas e nas transformações das sociedades – não apenas o papel de *hereditariedade individual* e do grande *homem, mas mesmo o papel da raça*” (VIANNA, 1987, p. 59, destaques do autor). Considerando os aspectos referentes ao pensamento viannista e, de acordo com Vanilda Paiva (1978, p. 151), está “reafirmada a sua crença não somente na desigualdade das raças humanas, mas também, dentro dela, do papel do eugenismo que – atuando através da herança individual e direta – possibilita a aparição dos grandes homens”.

Como se pode observar, as ânsias em criar um “povo” espelhado nos objetivos das elites não destoavam dos princípios eugênicos, não importando quais seriam as metodologias. Neste caso, em conformidade com a legislação deles decorrente - ou ao arrepio da lei – foi uma constante, como exemplifica a esterilização compulsória de doentes mentais, prática apoiada, dentre outros, por Juliano Moreira, ainda que este não defendesse essa medida como política de Estado (REIS, 1994).

Há que se considerar que a classificação de doente mental era bastante ampla e incluía parte dos “indesejáveis”: epiléticos, usuários de drogas lícitas ou ilícitas, prostitutas, homossexuais, vítimas de estupro, pessoas que não se adequavam ao padrão normativo da época, como homens tímidos e mulheres feministas, praticantes da espiritualidade não oficial e até mesmo inimigos políticos²¹.

Conforme indica Arbex (2013), até a mudança da política de encarceramento em meados da década de 1980, morreram no Manicômio de Barbacena mais de 60 mil pessoas, 70% das quais não apresentavam diagnóstico de doença mental. A ofensiva contra os “insignificantes” não pode ser entendida como fato isolado, mas como a objetivação do projeto do eugenismo e da *Eugenia Negativa* à brasileira.

A educação foi outro espaço privilegiado de atuação dos eugenistas brasileiros, que inicia a partir da década de 1920, institucionalizando-se paulatinamente, atingindo o seu ápice nos governos Vargas, a partir da consolidação do Ministério da Educação e Saúde em 1930. A personalidade emblemática do período foi Gustavo Capanema (1900 – 1985), que exerceu o cargo de 1934 a 1945 e assim como Francisco Campos,

²¹ Sobre a história da Colônia de Barbacena cf. Arbex (2013).

seu antecessor que, em decreto de 1931, instituiu a educação física como disciplina obrigatória no Ensino Médio. A legislação criada no período tinha o objetivo de formar “cidadãos com hábitos e valores patrióticos, higiênicos, purificados racialmente, saudáveis física e intelectualmente, visando a defesa da pátria (MURAD, 2012, p. 174)”.

Graças à popularidade de Vargas, a mensagem eugênica, branqueadora e nacionalista seria disseminada, junto aos bairros pobres e racialmente mistos, a partir da perspectiva de que as escolas eram locais privilegiados para o combate aos “degenerados” e a formação de “homens eugenizados” (DÁVILA, 2006, p. 33). Segundo Dávila, a partir das primeiras décadas do século XX, sob os auspícios de Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Gustavo Capanema, os projetos de educação para o Brasil estavam todos ancorados no viés eugenista²².

Como se pode observar, havia um propósito em erigir escolas eugênicas e europeizadas, defendidas por autoridades, pelo psicólogo infantil Manoel Lourenço Filho, o antropólogo Arthur Ramos, pelo professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB, Jonathas Serrano, autor de diversos livros didáticos, e até mesmo pelo compositor Villa-Lobos. Todos introjetando a ideia de raça e abraçando a causa da construção de um futuro branco para o Brasil (DÁVILA, 2006, pp. 25-26). O pensamento eugênico, portanto, se manteve forte ao longo da primeira metade do século XX. A Constituição de 1934, no Título IV, artigo 138, que versa sobre a manutenção da “Ordem Econômica e Social”, dentre diversas obrigações sociais do Estado, estabelece, na letra “b”, que cabe a este “estimular a educação eugênica”.

OS ANSEIOS REVERBERADOS NOS “BOLETIM DE EUGENIA”

A popularização do pensamento eugênico não dependeu unicamente da produção científica, pois a criação de publicações que traduzissem suas ideias ao público letrado em geral foi uma estratégia acertada e graças a ela conseguiram seduzir grande parte dos gestores públicos e privados. A este respeito, o *Boletim de Eugenia*, seu principal instrumento de divulgação, foi editado por Renato Kehl na capital brasileira, de janeiro de 1929 a abril de 1933²³. Na edição inaugural, o pensamento que norteia a publicação e seus propósitos são explicitados em editorial e a intenção manifestada é de “passar da teoria à prática”, publicizando as ideias eugenistas e promovendo doutrinação.

²² Em relação à objetivação da eugenia no âmbito da educação ver em especial cf. Dávila (2006).

²³ Esses são os números disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, onde a pesquisa foi realizada. A documentação a que tivemos acesso não permite afirmar se houve ou não mais edições. Contudo há que se registrar que no último número disponível não existe nenhum aviso aos leitores acerca da interrupção da publicação.

Ao longo das 42 edições, os objetivos do movimento eugenista são reiterados. Sob o título “Saibam todos”, no número 36, de dezembro de 1931, é publicado editorial assinado por Renato Kehl declarando que a eugenia “Não visa perseguir fracos, doentes nem degenerados”. Ao contrário, buscava evitar o aparecimento “desses infelizes que nascem para morrer, para sofrer e para sobrecarregar a parte produtiva da coletividade”. Declaravam rejeitar a *Eugenia Negativa*, que visava reduzir os “elementos raciaes inferiores, com a segregação de criminosos em colônias de correção e esterilização”, em favor da *Eugenia Positiva*, que buscava “aumentar os elementos de valor racial”, em busca da “boa raça”.

Em março de 1931, o número 27 do *Boletim* informa sobre mais um passo rumo à institucionalização com a criação da *Comissão Central Brasileira de Eugenia*, entidade de caráter científico, com apenas 10 membros²⁴, com tarefa principal de assessorar o governo na implementação de programas e promulgação de legislação eugênica. Caminho que já vinha sendo trilhado desde o número inaugural em que se anunciava a realização do *Primeiro Congresso Nacional de Eugenia*, a ser realizado no Rio de Janeiro nos primeiros dias de junho, “sob os auspícios do Sr. Presidente da República e patrocínio das altas autoridades do paiz”. Evento esse que aprova uma série de demandas a serem apresentadas aos poderes Executivo e Legislativo.

O pensamento manifestado no *Boletim de Eugenia* tinha algumas premissas, sustentadas sempre com argumentações racionais, lógicas e pragmáticas. Compreendiam que a seleção dos mais aptos não era algo inusitado na história da humanidade e se nos exércitos, nas empresas e nas seleções escolares eram escolhidos os indivíduos com melhor saúde e inteligência, seria tarefa do Estado preservar os superiores em detrimento dos inferiores junto à população em geral.

No número 10, de outubro de 1929, artigo traduzido, assinado por Ovide Decroly (1871–1932), médico e pedagogo belga, compara as propostas eugênicas com as intervenções realizadas em frutas, plantas e animais, sustentando que o mesmo poderia ser feito com os humanos, “selecionando os melhores, criando, mantendo e desenvolvendo as raças”. Para os eugenistas brasileiros, as aptidões ou inaptidões, eram legados de gerações anteriores e, por conta de um determinismo incontornável, a hereditariedade premiava ou condenava as novas gerações.

Portanto, seriam necessárias algumas iniciativas por parte das “classes superiores” e do Estado, de maneira a manipular a demografia humana para “melhorar a raça”. Na compreensão daqueles teóricos, educação e saúde eram determinantes, e deveriam focar no ensino da higiene individual e sexual.

²⁴ Renato Kehl, E. Penna Kehl, Belisário Penna, Gustavo Lessa, Ernani Lopes, Porto Carrero, Cunha Lopes, Salvador de Toledo Piza Jr., Octavio Domingues, Achiles Lisboa e Caetano Coutinho

No número 11, de novembro de 1929, do *Boletim de Eugenia*, pequenos textos sem assinatura defendem a esterilização como método de aperfeiçoamento humano e utilizam como exemplo informações de que na Califórnia, em 20 anos, foram esterilizadas 20.000 pessoas, “com resultados positivos”. Sustentam existir vantagem econômica e social para as famílias e para o Estado na esterilização ao se livrarem de gerar os filhos incapazes física e mentalmente. Os miseráveis e os delinquentes também estavam no radar dos eugenistas e o Estado era chamado mais uma vez para resolver o problema.

No número 25, de janeiro de 1931, utilizam como argumento artigo traduzido, de autoria de Leonardo Darwin, então presidente da *Eugenic Society Britanica*, intitulado *What is Eugenic*, onde ele expõe o que vem a ser a eugenia, seus métodos, possibilidades, fins e expectativas. Sustentava, o naturalista, que aos delinquentes deveria ser recusado o direito de procriar pois não poderiam constituir senão lares detestáveis, ambiente onde a criminalidade latente das crianças só tenderia a se desenvolver.

Impedir o “abastardamento da raça”, com a utilização de grandes recursos do Estado para conter aqueles grupos marginalizados, era o principal instrumento indicado para impedir a reprodução dos “inaptos, alienados, débeis mentais e delinquentes, que custariam muito caro para abrigar, alimentar, cuidar e vigiar”. Compreendiam aqueles pensadores que os recursos da sociedade seriam melhor aproveitados se, ao invés de utilizados para atender aqueles “resíduos”, fossem empregados onde “provissem benefícios para toda a sociedade laboriosa e produtora”. Defendem, ainda, no número 39, de julho/setembro de 1932, a segregação dos portadores de deficiências, dos criminosos e dos “socialmente inadaptados”.

A *Eugenia Positiva*, que buscava intervir na demografia humana de maneira a ir paulatinamente “melhorando a raça”, inspirou os concursos de eugenia, como o anunciado já na edição inaugural e foi reiterada no número 5, de maio de 1929, em que a menina Adenir Ferreira de Carvalho, então com 3 anos de idade, é apresentada como vencedora e primeira brasileira eugenizada. Evidenciando o processo de institucionalização, o segundo concurso, cuja realização é anunciada naquele mesmo número, conta com a colaboração de instituições oficiais, como a Inspetoria de Educação Sanitária do Estado de São Paulo, centros de saúde administrados pelo governo do estado e com a concessão de prêmios nos valores de 500\$000 para o primeiro lugar e 100\$000 para o segundo e terceiro lugares.

O debate, os fundamentos e as ações sugeridas e efetivadas que vimos até aqui apontam que o pensamento eugenista não pode ser reduzido ao racismo. Contudo, essa ideologia foi parte determinante das suas sugestões e práticas e no centro das preocupações dos eugenistas brasileiros estavam questões envolvendo as relações entre os grupos

étnicos. Relações estas problematizadas a partir da premissa que existia hierarquia entre os diversos grupos humanos, com europeus e seus descendentes sendo apontados como possuidores de boa saúde física e mental, maior inteligência, moralidade mais profunda e sentimentos nobres, portanto civilizados. Em contrapartida, indígenas, africanos e mestiços eram considerados inferiores, com inteligência reduzida, fragilidades físicas e mentais, portadores de doenças hereditárias e dados a imoralidades, crimes e vícios. Além de buscar influenciar as ações do Estado pregando o embranquecimento da Nação (JACINO, 2008), o grupo saudava com entusiasmo as iniciativas estatais nesse sentido.

No número 22, de outubro de 1930, um artigo declara a necessidade de desaconselhar ou impedir os cruzamentos com “raças inferiores” e defende a necessidade de elaboração de plano eugênico de defesa racial. Em artigo intitulado “Cruzamento do branco com o preto”, publicado no número 30, de junho de 1931, o professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santos, Luiz Lustosa da Silva, afirma que o casamento interracial não é “nem razoável, nem descente”, argumentando que negros estariam marcados por uma “franca e indiscutível animalidade”, sendo portanto uma relação destas prova da degenerescência moral do branco, por optar pelo “erotismo convulsivo da matéria e pelo grito da bestialidade, característica dos inferiores”.

Em artigo sem assinatura, publicado no número 33, de setembro de 1931, transcrito da Folha da Manhã, sob título “Eugenização da Raça”, o autor argumenta que Brasil e EUA têm o dever de resguardar o seu patrimônio étnico e promover uma orientação segura em face do caos racial que os ameaça. Em “Cruzamento de raças”, publicado no número 34, de outubro de 1931, Herman Lundborg, diretor do Instituto de Biologia Racial de Upsala, Suécia, sustenta que a mistura de “raças” muito diversas entre si daria resultados desfavoráveis e, citando Oliver Holmes Jr, juiz da Suprema Corte americana, afirma existir na miscigenação desvantagens para as “raças superiores” mas vantagens para as “inferiores”, uma vez que sua descendência seria melhorada.

Posição semelhante à de Mac Dougall²⁵, também citado por Lundborg, defensor da tese de que “Do ponto de vista de raças inferiores a mestiçagem com raças biologicamente superiores seria recomendável, mas do ponto de vista da raça superior, seguramente não”. Salvador de Toledo Piza Junior, em artigo intitulado “O que pode resultar do casamento entre o branco e o preto”, publicado no número 39, julho/setembro de 1932 e, em “A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto”, publicado no número 41 de janeiro/março de 1932, condena os casamentos interraciais pois não seriam naturais e deveriam ser considerados repugnantes.

²⁵ William McDougall (Lancashire, 22/06/1891 Durham, /1938. Psicólogo e professor norte-americano.

O artigo publicado em de 8 de agosto de 1929, sob título “O Brasil e a Raça”, de autoria de João do Norte, deputado que se autoproclama autor Lei dos Indesejáveis,²⁶ dá razão a um anônimo mercenário alemão que teria classificado o exército brasileiro como um bando de símios, argumentando que “naquele tempo o brasileiro sahido duma mescla terrível de lusos, africanos e indígenas, devia apresentar mesmo aos olhos dos europeus essa physionomia merecedora de reparos críticos” e conclui afirmando que “Nenhum país precisa mais melhorar sua raça do que o Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eugenia, desenvolvida pelos europeus para legitimar a dominação de classes e o colonialismo, adquire no Brasil uma singularidade que a diferencia do movimento internacional, em que pese a íntima ligação dos formuladores brasileiros com os pensadores europeus e norte-americanos. Essa singularidade, todavia, não deve ser considerada inédita, uma vez que aquela corrente de pensamento foi adaptada à realidade de cada país onde floresceu, na busca de atender as demandas locais, apresentando “soluções” para os problemas sociais, em atendimento aos interesses das elites.

Na Inglaterra, que capitaneava a segunda Revolução Industrial, mirava-se o operariado pauperizado e o imenso exército de reserva de mão de obra gerado pelo avançado estágio do capitalismo. Na França, a prioridade era legitimar o colonialismo e afirmar a unidade étnica; na Alemanha, onde a eugenia foi fundamental para o desenvolvimento do nazismo, o histórico antissemitismo potencializou aquele pensamento que, aliado ao *germanismo*, viria a potencializar os projetos expansionistas do nazismo.

Nos Estados Unidos, buscou-se soluções para os problemas decorrentes do imenso afluxo de imigrantes europeus, além de legitimar o massacre da população autóctone e cristalizar a marginalização dos afrodescendentes. Contribuiu ainda para consolidar a ideia de um grupo social original e modelar explicitada na expressão *White, Anglo-Saxon and Protestant* – WASP, cunhada posteriormente. Essas adaptações, todavia, mantinham os princípios básicos do pensamento que, utilizando a biologia e o raciocínio lógico, naturalizava as diferenças sociais, hierarquizava os indivíduos segundo a origem e etnia e propunha intervenção do Estado na demografia, de maneira a “melhorar” o conjunto da população.

No caso brasileiro, a eugenia apresentou algumas singularidades que fizeram com que ela adquirisse proporções únicas. O primeiro diferencial é que havia a necessidade de legitimar a escravidão e justificar a exclusão social de negros e indígenas

²⁶ No arquivo do CPD/DOC, da FGV esta lei consta como de autoria de Adolfo Gordo.

no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a partir da ideologia racista que se sofisticara ao longo de mais de 4 séculos de colonização. Construção ideológica essa que originalmente seria plasmada a partir de interpretações religiosas, que têm na “maldição de Cam” e na dicotomia “guerra justa”/cristianização maneiras de interpretar o papel de negros e indígenas respectivamente.

Assim, a chegada do pensamento eugênico representou o aprofundamento das ideias depreciativas em relação à população autóctone e aos descendentes de africanos, evoluindo das justificativas teocêntricas para explicações antropocêntricas e racionais, aqui, mais do que em outras nações, fortemente influenciadas pelo *Positivismo*. Não por acaso, esse pensamento, foi desenvolvido no Brasil por renomados cientistas e intelectuais a partir de centros de excelência acadêmica como a Faculdade de Direito de São Paulo, a Escola de Medicina da Bahia, a Faculdade de Direito de Recife e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, onde estudavam, lecionavam e pesquisavam os descendentes das oligarquias escravistas, açucareiras e cafeeiras (SCHWARCZ, 2007).

A outra singularidade é que a dicotomia *Eugenia Positiva* e *Eugenia Negativa* não representou, como em outros países, as duas correntes mais significativas a defenderem aquela proposta. A questão da miscigenação dominou o debate, resultado da enorme presença de mestiços, da violência sexual sistêmica praticada por homens brancos contra as mulheres negras e indígenas, desde os primórdios da colonização.

Portanto, para além das argumentações religiosas – não abandonadas de todo – que classificavam a relação interracial como “indecente”, afirmava-se que a miscigenação poderia degradar a “raça superior”, sendo necessário, portanto, “expulsar a parte gangrenada e garantir que o futuro da nação fosse branco e ocidental” (SCHWARCZ, 2007, p. 284). No oposto, pensava-se em “melhorar a raça inferior”, ideia que se mostrou vitoriosa a partir da compreensão que essa miscigenação forjaria um povo forte, laborioso e sadio, capaz de suportar os trabalhos nos trópicos e produzir a riqueza a ser apropriada pela classe/raça superior.

Intelectuais de renome vaticinavam que “De semelhante intercurso sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas” (FREYRE, 1933, p. 21) ou consideravam o mestiço brasileiro “desgracioso, desengonçado, torto, um Hércules/Quasímodo”, porém adequado para o trabalho no ambiente inóspito do semiárido (CUNHA, 1901, p. 90).

O pragmatismo, portanto, norteou as elaborações teóricas acerca do povo brasileiro, apontando as consequências, vantagens e desvantagens da miscigenação e maximizando os preceitos da eugenia, na perspectiva de construir uma nação (e um povo) saudável, disciplinada, produtiva, marcada pela retidão moral e cívica. Os intelectuais e cientistas das mais variadas áreas que contribuíram para elaboração e disseminação da

eugenia no Brasil eram ainda, na sua quase totalidade, oriundos dos grupos sociais com poder econômico e político. Assim, o pragmatismo na formulação materializou-se no pragmatismo no momento da transformação daquelas ideias em políticas públicas pelo Estado, instância que esses pensadores integravam ou influenciavam.

FONTES

Arquivo do CPD/DOC – Fundação Getúlio Vargas - FGV Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>.

Boletim de Eugenia (RJ) - 1929 a 1932. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>

BIBLIOGRAFIA

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BEIGUELMAN, B. Genética e Ética. In: *Ciência e Cultura (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*. 42(1): Janeiro de 1990. 61-69. Disponível em: <https://www2.icb.ufmg.br/grad/genetica/geneticaeetica.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2021.

BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo*. Tese (Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1998).

_____. *Natureza e Nazismo*. Disponível em: <http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Biondi,%20Aloysio>>. Acesso em: 13 de abr. 2022

BLACK, E. *A guerra contra os fracos – A eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

_____. *IBM e o Holocausto: A aliança estratégica entre a Alemanha Nazista e a mais poderosa empresa americana*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 2001.

CONT, V. Del. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientle Studia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

CRUZ, Rodrigo Andrade da. *Oito votos contra um: o desenvolvimento da ciência eugênica nos Estados Unidos*. https://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1355919745_ARQUIVO_Oitovotoscontraum.pdf

DIWAN, P. *Entre Dédalo e Ícaro: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009)*. Doutorado apresentado no Departamento de História/Programa de História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

_____. *A raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DARWIN, C. *Origem das espécies*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. (1933) 19a. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1994.

GALTON, Francis. *Inquiries into Human Faculty and Its Development*. First electronic edition, 2001. <https://galton.org/books/human-faculty/text/galton-1883-human-faculty-v4.pdf>

- GALTON, F. *Herancia y eugenesia*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- GOBINEAU, Arthur. *The Inequality of human races*. (1855). London: William Heinemann. 1915. <https://archive.org/details/inequalityofhuma00gobi>
- GÓES, Weber Lopes. *Segregação e Extermínio: o eugenismo revisitado na capital de São Paulo* (2004-2017). Tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Política Econômica Mundial da Universidade Federal do ABC. 2021
- GÓES, Weber Lopes. Juliano Moreira: um homem à frente de seu tempo. In: *Revista Reconexão Periféricas*. N. 5 – Setembro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 4-7 pp.
- GÓES, Weber Lopes. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: LiberAres, 2018.
- GREOUILLEAU, Oliver-Pétré. *A história da escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- HAECKEL, Ernesto. *História da Creação dos Sêres Organaisados segundo as Leis Naturaes*. Porto: Lello & Irmão. 1961
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1936) 17a. ed. Rio de Janeiro: 1987
- JACINO, Ramatis. *O Branqueamento do Trabalho*. São Paulo: Nefertiti. 2008
- LUKÁCS, G. *El Asalto a La Razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 1959
- MAYER, A. J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MOURA, C. *As injustiças de Clío: O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MURAD, M. *Sociologia da Educação Física – diálogos, linguagens do corpo e esportes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- PAIVA, Vanilda. Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo? *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- PEREIRA, Ana Leonor Dias da Conceição. *Eugenia em Portugal*. Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 20. Coimbra: Faculdade de Letras. 1999.
- PEREIRA, Ana Leonor Dias da Conceição. *Darwin em Portugal: 1865-1914* (Tese de doutorado) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/658>
- PICHOT, A. *A sociedade pura: de Darwin a Hitler*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2000.
- PICHOT, A. *O eugenismo: geneticistas apanhados pela filantropia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- REIS, J. R. F. Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências e Letras, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- STEPAN, N. L. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1987.

_____. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1956.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1952. v. I.

_____. *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

WEGNER, Robert. *Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933)* <https://www.scielo.br/j/vh/a/M5wjvmdn4QYV9Y9t9JL3bhx/abstract/?lang=pt#>

Submetido em 02/06/2022

Aprovado em 21/09/2022

